

IMPERIO DOS EUA E RELIGIÃO

RICHARD HORSLEY

Universidade de Massachusetts, Boston, EUA

O destino manifesto dos EUA: a nova Roma

Os fundadores puritanos dos EUA se autoconsideravam um povo perseguido e, como o antigo Israel, fugiam da tirania para fundar uma nova sociedade da aliança. Estabelecendo suas comunidades da aliança na terra prometida, não se importavam em deslocar e destruir os habitantes originários dessas terras. Os «índios» eram pagãos selvagens, obscuros servos de Satanás. O relato da «conquista» israelita da terra prometida da Bíblia de King James autorizava a matança «dos habitantes do país», e os Salmos proclamavam a responsabilidade messiânica em destruir os pagãos «com vara de ferro». Décadas depois da revolução, lutando com o lema de que «todos os homens foram criados iguais...», o novo Israel tinha matado ou expulsado todos os nativos do oeste do Mississippi, culminando num processo de limpeza étnica sem precedentes. Assim como bem procedeu por todo o continente.

A antiga república romana, ao contrário, tinha se apoderado progressivamente de todas as terras na Itália, mas tinha incorporado os povos conquistados, não os tinha exterminado.

Da mesma forma, entendendo-se em termos positivos como quem estenderia o amparo da lei e da civilização, a república estadunidense se apoderou da maior parte do norte do continente. Críticos do imperialismo estadunidense pertencentes ao mesmo sistema, como o senador Henry Cabot Lodge, têm que admitir que os EUA tiveram um «recorde de conquista, colonização e expansão territorial incomparável com o de qualquer outro povo no século XIX.

Os líderes da república estadunidense, em sua identidade como império último e quicá definitivo, procederam a imitar a Roma imperial, seguindo seu «destino manifesto». Numa declaração de 1845, opondo-se à guerra contra México, na qual os EUA se apoderaram da metade do território mexicano, um congressista de Nova York visualizava um futuro terrível para os EUA imperial: «Ao contemplar este futuro, vemos todos os mares cobertos por nossas frotas, nossos quartéis donos das mais importantes estações de comércio, um exército imenso guarda nossas posses, nossos comerciantes são os mais ricos, nossos demagogos os mais convincentes e nosso

povo o mais corrupto e sem carácter do mundo». É difícil pensar num visionário maior, vendo como se desenvolveu a história dos EUA no resto do século XIX e, especialmente, na última metade do século XX.

Como a república romana que, depois de apoderar-se da Itália, começou a construir-se num império em torno do Mediterrâneo, a república estadunidense estendeu seu império além do continente norte-americano. Seguindo seu destino manifesto numa rajada de aventuras militares em 1898, os EUA se apoderaram de Cuba e Porto Rico no Caribe, e das ilhas Guam, Wake e Manila no Pacífico. Enquanto sustentava uma longa guerra colonialista nas Filipinas, ajudava a sufocar a rebelião dos Boxer na China e controlava o território do Panamá para construir o canal. Os EUA se uniam definitivamente às maiores potências europeias erguendo-se num império.

O caminho estava livre e a nova fase do imperialismo estadunidense foi justificada por líderes clericais e políticos em perfeita sintonia. Ao preparar o caminho em 1885, contracenou o popular tratado Our Country de Josiah Strong, teólogo liberal e decidido defensor tanto das missões para o exterior como do Evangelho social para o interior. Ao reviver os temas do novo Israel e do império para o Ocidente, Strong argumentava que Deus tinha encomendado aos EUA, que «tinham conseguido já a liderança em riqueza material e população e o mais elevado grau de anglosaxionismo e cristianismo verdadeiro», a tarefa de cristianizar e civilizar o mundo...

Dado que o imperialismo no estilo europeu era «alheio ao sentimento, pensamento e propósito estadunidenses», segundo o presidente McKinley (presidente: 1897 1901), seus apologistas inventaram eufemismos como o de «império da paz» e o jeffersoniano «império da liberdade». Seguindo a liderança britânica, os EUA estavam agora destinados a criar um «império democrático» fazendo do colonialismo uma espécie de *tutela para a autodeterminação dos vassallos - a garantir um prazo futuro indeterminado.

Aos não-estadunidenses resta o imperialismo estadunidense, que pode ser, pasmem, fanaticamente religioso. A ideologia desenvolvida para justificar a guerra fria e a carreira armamentista contra os soviéticos se construiu a partir da missão divina do novo Israel para redimir o

mundo e tornar a nova Roma como o último grande império civilizador. A ideologia da guerra fria se converteu num cabal dualismo cósmico articulado em termos maniqueístas e judeu-cristãos apocalípticos do Bem absoluto contra o Mal absoluto: os EUA, abençoados por Deus, contra o comunismo ateu; o mundo livre contra o império do mal. Quando os EUA «ganham» a guerra fria e a ameaça do «comunismo ateu» desapareceu, tiveram que encontrar outras ameaças contra as que pudessem lutar os EUA: drogas, Saddam Hussein e o novo «eixo do mal» projetado por Bush.

A transformação do Império: nova desordem mundial

Os EUA também encabeçaram modelos de controle econômico internacional: o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), mediante os quais estabelece sua hegemonia no mundo capitalista e, com o segundo, sobre os países «em desenvolvimento».

De forma parecida ao modo com que os romanos mantinham os povos subjugados sob «tributo», forçando-os a ser economicamente mais produtivos a fim de gerar os pagamentos, os EUA empurram a seus Estados clientelistas um programa de «desenvolvimento» e «modernização» como forma de estender o sistema capitalista global. Efetivamente, igual a Herodes, o rei vassalo (que patrocinou em massa projetos arquitetônicos) do imperador romano Augusto, da mesma forma, o Xá do Irã foi o modelo de governo patrocinado pelos EUA nesse país do Oriente Médio, ao forçar os programas de «desenvolvimento» entre sua gente (salvo que o Xá, apadrinhado pelos estadunidenses, era muito menos sensível do que Herodes à cultura tradicional, às instituições e à liderança de seu povo).

Está claro que os esquemas de «desenvolvimento» demonstraram ser efetivos instrumentos para saquear os recursos do Terceiro ao Primeiro Mundo, principalmente os EUA. Assim como a elite do velho Império romano absorvia os recursos dos países subjugados para proporcionar «pão e circo» às massas romanas, hoje o conglomerado de gigantescas companhias com base nos EUA extrai os recursos dos países submetidos - petróleo, matérias primas e, agora, especialmente, mão de obra barata -, para abastecer os EUA e a outras prósperas nações «desenvolvidas». A gasolina barata para os automóveis, os produtos agroindustriais e inúmeros bens de consumo, asseguram atualmente o apoio popular ao imperialismo dos EUA, como antes ocorria em Roma. Mas a proporção de bens consumidos na antiga Roma nunca se aproximou dos 75% dos recursos mundiais que atualmente são consumidos pelos estadunidenses.

O crescimento e a força das gigantescas corporações transnacionais foram possíveis graças à nova ordem econômica global patrocinada pelos estadunidenses, que, segundo Bretton Woods, marcou a maior diferença entre o antigo imperialismo romano e o moderno imperialismo estadunidense: as diferentes formas de «globalização», isto é, os diferentes modos nos quais o domínio e a exploração estruturam institucionalmente as relações imperiais de poder.

A «globalização» romana era política. A conquista militar fez possível a exploração econômica, que era, nos padrões modernos, de baixo nível. O moderno poder imperial estadunidense é primeiramente econômico, estruturado pelo sistema capitalista que, desde faz tempo, traspassou as fronteiras nacionais estadunidenses e chegou a ser global. As monstruosas concentrações de capital levadas a cabo por gigantescas companhias transnacionais que deixam pequeno o PIB (produto interior bruto) inclusive de países de média talha, podem virtualmente manejar os assuntos econômicos conforme as «necessidades» do capital global (nunca do bem-estar das pessoas).

Existe algo parecido entre as pirâmides dominadoras que estruturavam as relações econômicas no Império romano e as pirâmides corporativas do conglomerado das corporações multinacionais. Só que a escala do primeiro se torna insignificante frente ao poder de determinação do segundo. Efetivamente, as companhias multinacionais são tão poderosas que inclusive o governo dos EUA tem pouca margem de manobra frente a elas. As relações de poder entre o governo e o econômico se têm invertido, e não como resultado de uma desregulamentação. Os governos agora obedecem freqüentemente os desejos das grandes corporações. O poder globalizado do capital determina agora as relações políticas. O império estadunidense, que atingiu o cerne do poder depois da Segunda Guerra Mundial, ficou transformado por sua própria globalização. Hoje em dia, o império pertence ao capitalismo global e tem por guardiões o governo dos EUA e seus exércitos.

Ainda que se vai descentralizando, o capital global e seus próprios instrumentos (como o FMI e o BM) têm sua sede nos EUA, e a cultura que vendem ao mundo é predominantemente a estadunidense.

Quem escolheu os alvos dos ataques terroristas do 11 de setembro de 2001 possuía um agudo sentido do simbolismo e do verdadeiro centro do poder imperial: o World Trade Center (centro de negócios mundial) e o Pentágono (o Departamento de Defesa).